Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas

Nota à comunicação social

Preocupação e redobrada vigilância perante anunciada venda da Efacec

Suscita uma grande apreensão o anúncio, feito ontem pelo Governo, de que ficou concluída a venda, praticamente de mão beijada, da Efacec à Mutares, um fundo de investimento alemão que se dedica à aquisição de médias empresas em situação complexa. Justifica-se redobrada vigilância por parte dos trabalhadores.

A Efacec, uma empresa portuguesa de alto valor acrescentado, passará para as mãos de um fundo de investimento estrangeiro, que entrará neste negócio numa posição confortável e com uma taxa de esforço mínima, no que diz respeito ao investimento. O País nada ganha com esta opção e teria tudo a ganhar com a definitiva nacionalização.

O Governo injectou até, ao momento, **200 milhões** de euros na Efacec e prepara-se para colocar mais **160 milhões**, a somar aos **35 milhões** do Banco de Investimento. Estes números têm uma tradução directa: o Estado decide sanar e alavancar financeiramente uma empresa, para depois a entregar a um fundo de investimento com um historial pouco recomendável, no que diz respeito à «salvação» de empresas e à preservação e criação de emprego.

Quanto ao Estado português, aquilo que seria recomendável – e que sempre exigimos – era a nacionalização de uma empresa estratégica para a economia nacional e com reconhecimento internacional nas áreas da energia e da mobilidade. É igualmente um activo estratégico, numa altura de forte incremento na área das energias renováveis.

O ministro da Economia pode dormir descansado, depois de um dia que admitiu ter sido feliz. Nós não. A segurança quanto ao futuro da Efacec não pode ficar entregue a «milagres dos mercados».

Os trabalhadores da Efacec, o SITE Norte e a Fiequimetal estiveram, em especial desde 2017, na primeira linha daqueles que se opuseram a todas as decisões (e à falta de outras decisões) que constituíram ataques aos trabalhadores e perigos confirmados para o desenvolvimento e a consolidação da empresa, no interesse do País.

A decisão do Governo não abala os argumentos com que defendemos a nacionalização nem diminui a determinação de, com os trabalhadores unidos e organizados, prosseguir a luta por trabalho valorizado e com direitos, num Portugal com futuro.

Lisboa, 2 de Novembro de 2023
O Secretariado da DN da Fiequimetal

Contacto para declarações:
918 210 831 - Rogério Silva, coordenador da Fiequimetal
e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN